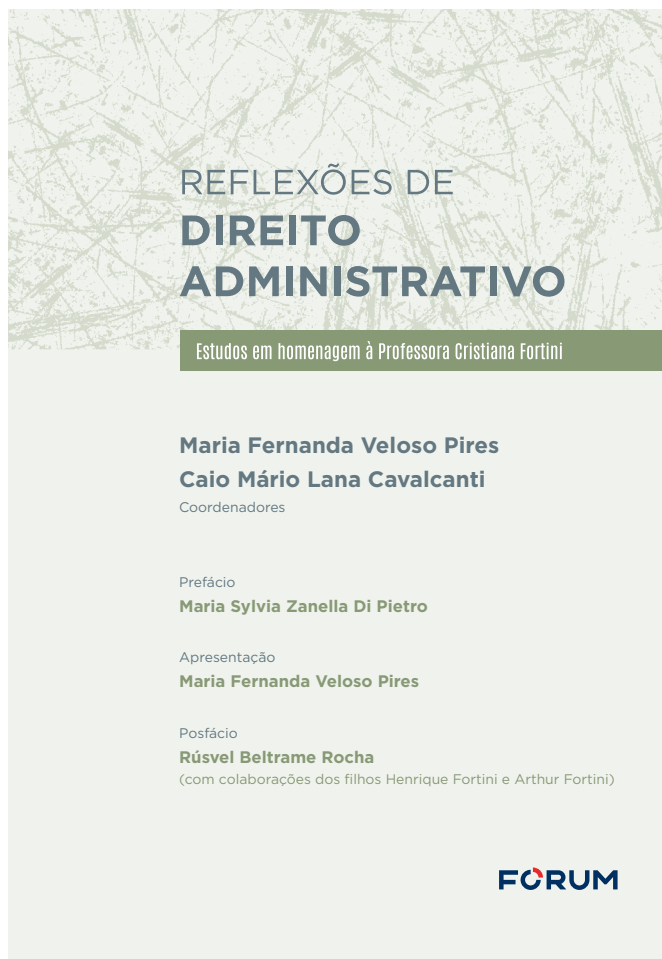




MARIA FERNANDA VELOSO PIRES
CAIO MÁRIO LANA CAVALCANTI
Coordenadores

Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Prefácio

Maria Fernanda Veloso Pires
Apresentação

Rúsvel Beltrame Rocha
(com colaborações dos filhos Henrique Fortini e
Arthur Fortini)
Posfácio

REFLEXÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

ESTUDOS EM HOMENAGEM À PROFESSORA CRISTIANA FORTINI

Cristiana Fortini é administrativista e jurista mineira que merece todas as homenagens possíveis. Estudiosa dedicada do Direito Administrativo, a homenageada sedimentou o seu nome no cenário jurídico.

As homenagens, portanto, mais que justas, são devidas; isso não apenas em função do currículo vasto, do talento docente e da importância da homenageada para o Direito Administrativo, mas sobretudo porque é necessário — para a advocacia, para a docência e para a ciência jurídica como um todo — que os bons exemplos sejam perpetuados e exaltados, em uma espécie de incentivo incessante direcionado às novas gerações.

O presente livro, que o leitor tem em mãos, é fruto de uma compilação de artigos elaborados por juristas de todo o país. A obra, assim, para além de representar o legado já deixado pela homenageada ainda em vida, certamente oferta ao leitor reflexões atuais e indispensáveis ao Direito Administrativo. Boa leitura!

Caio Mário Lana Cavalcanti

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins

DIREITO PÚBLICO, DIREITO URBANÍSTICO,
DIREITO MUNICIPAL.

Palavras-chave

Direito Administrativo. Licitações. Contratos
Administrativos. Improbidade. Direito Administrativo
Contemporâneo. Governança. Integridade.
Anticorrupção.

FORMATO: 17 x 24 cm
CÓDIGO SANKHYA: 4369

R332 Reflexões de direito administrativo: estudos em homenagem à Professora Cristiana Fortini / Maria Fernanda Veloso Pires, Caio Mário Lana Cavalcanti (coord.). Belo Horizonte: Fórum, 2025

802 p. 17x24cm
ISBN impresso 978-85-450-0934-4
ISBN digital 978-85-450-0933-7

1. Direito administrativo. 2. Licitações. 3. Contratos administrativos. 4. Improbidade. 5. Direito administrativo contemporâneo. 6. Governança. 7. Integridade. 8. Anticorrupção. I. Pires, Maria Fernanda Veloso. II. Cavalcanti, Caio Mário Lana. III. Título.

CDD: 342
CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PIRES, Maria Fernanda Veloso; CAVALCANTI, Caio Mário Lana (coord.). *Reflexões de direito administrativo: estudos em homenagem à Professora Cristiana Fortini*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 802p. ISBN 978-85-450-0934-4.

MARIA FERNANDA VELOSO PIRES

Advogada do Pires Fortini Advogados. Doutora em Direito Público pela PUC Minas. Mestra em Direito Administrativo pela UFMG. Especialista em Direito Urbanístico pela PUC Minas.

CAIO MÁRIO LANA CAVALCANTI

Advogado Público do Município de Itabirito. Advogado do Pires Fortini Advogados. Especialista em Direito Administrativo, Tributário e Processual pela PUC Minas. Especialista em Ciências Criminais, Direito Tributário, Constitucional, Urbanístico e Ambiental pela UCAM. Especialista em Advocacia Pública pelo IDDE e pela Universidade de Coimbra. Especialista em Direito Administrativo, Público, Processual e Constitucional pela FEAD/MG. Especialista em Direito Penal e Civil pela Faculdade Arnaldo. Especialista em Direito Público pela UNA. Sócio efetivo do IMDA.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Maria Sylvia Zanella Di Pietro	25

APRESENTAÇÃO	
Maria Fernanda Veloso Pires	29

INFLUÊNCIA DAS PRÁTICAS INTERNACIONAIS SOBRE AS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NO BRASIL: CISG E FIDIC

Cesar Pereira, Rafael Wallbach Schwind	31
1 Uma introdução necessária	31
2 A reflexão ora proposta	32
3 Contratos internacionais ou contratos administrativos?	32
4 A aplicação da CISG a contratos administrativos de compras internacionais no Brasil	33
4.1 A CISG	33
4.2 A aplicação da CISG a compras governamentais	34
4.3 Decorrências da aplicação da CISG	36
4.4 Possíveis vantagens decorrentes da aplicação da CISG a contratos administrativos	36
5 A aplicação dos modelos contratuais FIDIC pela Administração Pública	37
5.1 A FIDIC	37
5.2 A edição de orientações e modelos contratuais	37
5.3 A variedade de modelos contratuais	38
5.4 O papel dos organismos financiadores e o acordo da FIDIC com o Banco Mundial	38
5.5 As vantagens decorrentes da adoção dos modelos FIDIC e sua compatibilidade com o Direito brasileiro	39
6 Conclusões	39
Referências	40

O MODELO DAS TRÊS LINHAS E O CONTROLE PREVENTIVO NA LEI Nº 14.133/21

Pedro Henrique Magalhães Azevedo, Rodrigo Fontenelle de A. Miranda	43
1 Introdução	43
2 O modelo das três linhas do IIA e sua relação com o artigo 169 da Lei nº 14.133/21: uma análise comparativa	44
3 Os limites do controle preventivo na Lei nº 14.133/21	46
4 Considerações finais	50
Referências	50

A FALÁCIA DA MERITOCRACIA E A ERA DA DIVERSIDADE NO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO

Irene Patrícia Nohara, Fábio Lins de Lessa Carvalho	53
1 Considerações introdutórias	53
2 Previsão da meritocracia na Administração Pública brasileira	54
3 Críticas à falácia da meritocracia administrativa	56
4 Diversidade como pauta na agenda da Administração Pública federal	58
5 Conclusões	59
Referências	61

CATEGORIAS FUNDAMENTAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO CONTEMPORÂNEO

Márcio Cammarosano, Flávia Giorgini Fusco Cammarosano, Márcio Alexandre Giorgini Fusco Cammarosano	63
Introdução	63
1 O conceito de Direito	63
2 Noção de categorias	65
3 O Direito Administrativo e a função pública sob a qual é exercido	66
4 Interesse público	67
5 Supremacia do interesse público sobre o interesse privado	68
6 Conclusões	70

Referências	71
O PÚBLICO E O PRIVADO NO DILEMA REGULAÇÃO VS. INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	
Marcela Jabor, Mariana Magalhães Avelar	73
1 Introdução	73
2 A regulação impede a inovação?	74
3 O dilema “regular ou inovar” e o uso de inteligência artificial pela Administração Pública: novos caminhos	76
Conclusão	79
Referências	80
A CONTRATAÇÃO PÚBLICA COMO FATOR DE INDUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
Carolina Zancaner Zockun, Flávio Garcia Cabral, Maurício Zockun, Weida Zancaner	83
I Licitação — conceito	83
II A nova Lei de Licitações — Lei nº 14.133/2021	84
III A violência doméstica no Brasil	85
IV As contratações públicas no combate à violência doméstica	87
V Conclusões	90
Referências	90
O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS APÓS A ADI Nº 2.135: IMPACTOS E PERSPECTIVAS	
Ana Maria Rodrigues Barata, Luiz Magno Pinto Bastos Junior, Marcio Augusto Moura de Moraes, Maria Cristina Cesar de Oliveira	93
1 Introdução	93
2 Da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.135	94
3 O Regime Jurídico Único: extinção ou flexibilização?	95
4 Regime jurídico, a LINDB: análise crítica	96
5 Provocações derradeiras: a estabilidade e a multiplicidade de vínculos na Administração Pública	98
6 Conclusão	100
Referências	100
PROIBIÇÃO DE EXONERAÇÃO NO CURSO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR: O ART. 172 DA LEI Nº 8.112/90 É CONSTITUCIONAL?	
Francisco Zardo, Fernanda Ghiuro Fritoli, Felipe Klein Gussoli	103
Introdução	103
1 A (in)constitucionalidade e (in)convencionalidade do artigo 172 da Lei nº 8.112/90	104
2 Possíveis interpretações ao art. 172 da Lei Federal nº 8.112/90 para compatibilizá-lo com o texto constitucional	105
3 Normas constitucionais e convencionais que orientam a interpretação do art. 172 da Lei Federal nº 8.112/90	106
3.1 Liberdade de escolha de trabalho	106
3.2 Proibição de trabalhos forçados	107
4 Conclusão	108
Referências	109
A ESCOLHA DE SERVIDORES EFETIVOS OU DOS QUADROS PERMANENTES PARA AS FUNÇÕES DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO E PREGOEIRO: DA GOVERNANÇA À CULTURA	
Juliana Picinin, Gilberto Bernardino de Oliveira Filho	111
1 Introdução	111
2 A nacionalização das normas sobre licitações e contratos administrativos e a ressignificação das normas de caráter geral	111
3 A significância da natureza de quadro permanente aos profissionais envolvidos em atividades estratégicas de licitações e contratos e a interligação dessa com a governança das contratações públicas	116
4 O posicionamento da doutrina e da jurisprudência a respeito do assunto e a direção antevista dessa determinação	117
5 Conclusão	120
Referências	121

A ANÁLISE DE INTEGRIDADE DE FORNECEDORES PELA *DUE DILIGENCE*
DE INTEGRIDADE (DDI) E O GRAU DE RISCO DE INTEGRIDADE (GRI) NAS
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Rodrigo Pironti, Mirela Miró Ziliotto.....123

JUDICIALIZAÇÃO DA VIDA E O PROBLEMA ESTRUTURAL DOS
ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS

Luís Carlos Balbino Gambogi.....133

1	Introdução	133
2	O problema estrutural dos estabelecimentos prisionais.....	134
3	Considerações sobre a judicialização da vida	135
4	Judicialização da questão prisional à luz dos litígios estruturais.....	136
	Conclusão	138
	Referências	139

DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DA LEI
Nº 14.133, DE 2021

Eduardo Grossi Franco Neto, Juliano Heinen, Raquel Melo Urbano de Carvalho, Vanessa de
Fátima Terrade.....141

TEORIA DAS NULIDADES DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
E SUAS IMPLICAÇÕES

Edgar Guimarães, Alexandre Cammarosano Kopczynski153

1	Aspectos introdutórios	153
2	O “Estado da arte” do regime jurídico das nulidades precedente à Lei nº 14.133/21 ...	154
3	Regime jurídico das nulidades na Lei nº 14.133/21	155
3.1	Âmbito de incidência	155
3.2	Identificação, qualificação do vício e suas consequências	156
3.3	Vício constatado e convalidação: dever-poder.....	156
3.4	Decretação da nulidade: elementos a serem considerados e o efeito “ <i>ex tunc</i> ”	157
3.5	Suspensão da execução contratual ou anulação do contrato	158
3.6	Manutenção do contrato em razão da impossibilidade de convalidação, suspensão ou anulação.....	159
3.7	(In)aplicabilidade da teoria das nulidades constante da Lei nº 14.133/21 aos contratos celebrados sob a égide do regime jurídico anterior	160
4	Conclusões.....	161
	Referências	161

A DETRAÇÃO (OBRIGATÓRIA) NA APLICAÇÃO DO DEVER-PODER
SANCIONATÓRIO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

André Luiz Freire, Luciano Elias Reis.....163

1	Introdução	163
2	As finalidades e os efeitos das sanções: a necessidade de uma visão colaborativa do Poder Público junto aos agentes.....	164
3	Uma rápida compreensão das definições de infração e sanção.....	164
4	A “detracção das penas” e sua justificativa na aplicação de sanções administrativas.....	166
	Referências	169

GOVERNANÇA NAS EMPRESAS ESTATAIS: AVANÇOS E RETROCESSOS A PARTIR
DA LEI Nº 13.303, DE 2016

Felipe Alexandre Santa Anna Mucci Daniel, Virginia Kirchmeyer Vieira.....171

1	Introdução	171
2	As regras da Lei nº 13.303, de 2016, e a eleição de administradores nas empresas estatais.....	172
3	O Projeto de Lei nº 2.896, de 2022: o que esperar?	176
4	Conclusão	176
	Referências	177

A LEI Nº 14.133/2021 E O NOVO REGIME JURÍDICO DO CREDENCIAMENTO

Ronny Charles Lopes de Torres, Renata Fabris, Rodrigo Valgas dos Santos.....179

1	Considerações à homenagem	179
2	Introdução	179

3	Natureza jurídica do credenciamento	181
4	Credenciamento e aplicabilidade na Lei nº 14.133/2021	182
4.1	Contratação paralela e não excludente (inc. I, art. 79)	182
4.2	Seleção a critério de terceiros (inc. II, art. 79)	183
4.3	Mercados fluidos (inc. III, art. 79)	184
5	Considerações finais.....	185
	Referências	186

PARA ALÉM DO TAG: NOVAS PRÁTICAS DE CONSENSO NOS TRIBUNAIS DE CONTAS BRASILEIROS

	Karina Houat Harb, Renata Costa Rainho	189
1	Introdução	189
2	Regulação de consenso nos Tribunais de Contas da União, estaduais e municipais.....	190
3	Considerações finais.....	196
	Referências	196

A INTERFACE ENTRE A LGPD E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UM NOVO PARADIGMA PARA O COMPARTILHAMENTO DE DADOS NO SETOR PÚBLICO

	Daniel de Andrade Oliveira Barral, Camila Valério de Barcelos Almeida, Greycielle de Fátima Peres Amaral	199
	Introdução: compartilhamento de dados entre órgãos públicos e o advento da LGPD...199	
1	Regulamentação do compartilhamento de dados entre órgãos públicos: Lei nº 13.709/2018 e Decreto nº 10.046/2019	200
2	Do devido processo informacional no compartilhamento de dados no âmbito da LGPD.....	203
3	Conclusão	208
	Referências	208

ESTADO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: A CONTRATAÇÃO COMO UM INSTRUMENTO

	Caroline Müller Bitencourt, Vivian Cristina Lima Lopez Valle	211
	Introdução	211
1	A contratação pública no modelo de um Estado Social.....	211
2	Um olhar sobre a contratação pública como um instrumento de políticas públicas.....	213
	Conclusão	219
	Referências	219

OPACIDADE URBANÍSTICA E IMPOSIÇÕES DO DIREITO ADMINISTRATIVO INFORMATACIONAL

	Eurico Bitencourt Neto, Luisa Quintão Ubaldo	221
1	Nota introdutória.....	221
2	Opacidade urbanística no Brasil.....	221
3	Direito Administrativo Informacional como antídoto à opacidade.....	225
4	Consideração final	226
	Referências	227

A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO DE TOMBAMENTO: DESAFIOS ADMINISTRATIVOS E O POSICIONAMENTO DA JURISPRUDÊNCIA

	Daniel Silva Queiroga, Natalia Torquete Moura, Yara Pena Godoy, Maria Fernanda Veloso Pires.....	229
1	Introdução	229
2	O problema da demora na conclusão dos processos de tombamento.....	230
3	O processo de tombamento à luz da Constituição de 1988.....	231
4	A interpretação judicial sobre a observância do prazo previsto para conclusão do processo de tombamento.....	233
4.1	Decisões que reconheceram a caducidade do processo de tombamento.....	233
4.2	Decisões que analisam os efeitos do tombamento provisório diante do descumprimento do prazo para conclusão do tombamento	234
4.3	Decisões que reconhecem o direito do proprietário à conclusão do processo de tombamento dentro do prazo legal ou de um prazo razoável	235
5	Conclusão	237
	Referências	238

A ATUAÇÃO DAS ESCOLAS DE GOVERNO NO DESENVOLVIMENTO DOS

SERVIDORES PARA A APLICABILIDADE DA LEI Nº 14.133/2021: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA DE CONTAS DO TCEMG

Luciana Moraes Raso Sardinha Pinto, Débora Cristina Cordeiro Campos Leal	239
1 Introdução	239
2 O papel das Escolas de Governo na sociedade: um breve histórico	240
3 A Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo do TCEMG: breve histórico	242
4 Lei nº 14.133/2021: enfoque na capacitação	243
Conclusão	247
Referências	247

A EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE CAPACITAÇÃO E INSERÇÃO DO JOVEM NO MUNDO DO TRABALHO

José Edgard Penna Amorim Pereira, Júlio César dos Santos Esteves.....	249
1 Introdução	249
2 Evolução histórica do trabalho da criança, do adolescente e do jovem e o quadro normativo da matéria no Brasil	250
3 Efetivação de políticas públicas de proteção ao trabalho e profissionalização do jovem em situação de vulnerabilidade social no Estado de Minas Gerais.....	252
4 Conclusão	255
Referências	256

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO: UM PANORAMA DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ

Fernanda Marinela.....	257
1 Considerações iniciais	257
2 Elementos definidores da responsabilidade civil do Estado	260
2.1 Sujeitos	260
2.2 Conduta estatal lesiva	262
2.3 Dano indenizável.....	267
2.4 A indenização.....	269
2.5 Hipóteses de exclusão da responsabilidade civil do Estado.....	269
3 A reparação do dano.....	271
4 Da prescrição	272
5 Considerações finais.....	273
Referências	274

GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS: O PAPEL ESTRATÉGICO DOS CONTRATOS DE EFICIÊNCIA

Licurgo Mourão, Ariane Sherman, Mariana Bueno Resende.....	275
1 Governança e busca de eficiência na Administração Pública	275
2 Contrato de eficiência no ordenamento jurídico brasileiro	276
3 O contrato de eficiência na Nova Lei de Licitações e Contratos.....	279
4 Considerações finais.....	284
Referências	284

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS IMPEDIMENTOS DO ART. 38, IV E VI, DA LEI DAS ESTATAIS

Marçal Justen Filho	287
1 Empresas privadas sujeitas a sancionamento administrativo	287
1.1 Os incs. IV e VI do art. 38 da Lei das Estatais.....	287
1.2 O equívoco de uma leitura superficial	288
1.3 O despropósito do entendimento: argumento “ad terrorem”	288
2 A interpretação literal	288
2.1 A regra do inc. IV do art. 38.....	288
2.2 A previsão do inc. VI do art. 38 da Lei nº 13.303	290
2.3 A distinção das hipóteses dos incs. IV e VI	290
2.4 Síntese: interpretação literal dos incs. IV e VI do art. 38.....	291
3 A interpretação finalística	291
3.1 A finalidade das sanções	291
3.2 A finalidade da extensão do sancionamento a outra pessoa jurídica	291
3.3 A conjugação dos métodos literal e teleológico	292
4 A interpretação sistemática.....	292
4.1 A personalidade das penas e as pessoas jurídicas.....	292

4.2	Decorrências diretas	293
4.3	A eventual desconsideração da personalidade societária	293
4.4	A desconsideração como repressão a desvios.....	294
4.5	Ainda a interpretação sistemática	295
5	Conclusão	296
	Referências	296

DIREITO ADMINISTRATIVO DO SÉCULO XXI: UMA AGENDA DE REVISITAÇÕES CONCEITUAIS NECESSÁRIAS

Vanice Valle	299
1 Considerações iniciais.....	299
2 Legitimação das escolhas públicas e a incorporação do resultado neste juízo	300
3 Controle comprometido com o aprendizado institucional	302
4 Pessoal adequado à operação da Administração.....	303
5 Conclusão	304
Referências.....	305

LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

Luciano Ferraz, Gina Copola.....	307
1 Introdução	307
2 Desenvolvimento.....	307
3 Conclusão	313
Referências.....	313

DIREITO ADMINISTRATIVO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Clarissa Sampaio Silva, Lígia Maria Silva Melo de Casimiro.....	315
1 Introdução	315
2 Funcionalidade das políticas públicas de gênero no Estado-Administração	316
3 Administração Pública e o dever de proteção da servidora pública	317
4 Considerações finais.....	319
Referências.....	320

O REGIME JURÍDICO ÚNICO E A MUDANÇA NORMATIVA: UMA ANÁLISE DA EC Nº 19/1998 E A JURISPRUDÊNCIA DO STF

Bruno Betti Costa, Rúsvel Beltrame.....		321
1	Introdução	321
2	O conceito de Regime Jurídico Único.....	322
3	A EC nº 19/1998 e a flexibilização do RJU.....	322
4	A suspensão do Novo Regime Jurídico pela ADI nº 2.135.....	322
5	A decisão final do STF sobre o RJU e a ADI nº 2.135.....	323
6	Implicações da decisão do STF e a necessidade de regulamentação por lei.....	324
7	Conclusão	326

A CONSTRUÇÃO DO CONSENSUALISMO NO CONTRATO ADMINISTRATIVO COMO FORMA PRAGMÁTICA DE APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133/21

Geraldo Spagno Guimarães, Fabrício Souza Duarte		327
1	Apresentação do tema	327
2	O pragmatismo jurídico em Richard Posner	328
3	O conflito entre o consenso possível e os aparentes freios do contrato e da lei	330
Referências		333

INFRAESTRUTURA URBANA E O DEVER DE PLANEJAR

Daniela Campos Libório, Adilson Abreu Dallari	335
1 Conceito e importância	335
2 Sustentabilidade	336
3 Planejamento territorial e urbanístico	336
4 Planejamento da infraestrutura urbana nas regiões metropolitanas	337
5 Orçamento público e planejamento	338
6 Considerações finais.....	340

PONTOS DE INTERESSE DA NOVA LEI SOBRE CONCURSOS PÚBLICOS

Cristina Andrade Melo, Daniela Mello Coelho Haikal, Maria Tereza Fonseca Dias	341
1 Introdução	341
2 Normas gerais sobre concurso público	342
3 Planejamento do concurso público	345
4 Controle do concurso público.....	348
5 Considerações finais.....	350
Referências	350

AS VULNERABILIDADES DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA QUE CONTRIBUEM PARA A ALTA EXPOSIÇÃO A FRAUDE E CORRUPÇÃO

Anderson Pedra, Christianne de Carvalho Stroppa, Gabriela Verona Pércio, Rafael Sérgio Lima de Oliveira, Tatiana Camarão	353
1 Considerações preliminares	353
2 A importância do planejamento das contratações para evitar a ocorrência de fraude e corrupção	354
3 Vulnerabilidade na fase de seleção do contratado	355
4 Vulnerabilidades da fase de execução contratual.....	357
5 Atuação do controle interno.....	358
6 O papel das sanções	359
7 Conclusão	360
Referências	360

PROMESSAS ESTATAIS E CONFIANÇA LEGÍTIMA

Carlos Vinícius Alves Ribeiro, Ludmilla Rocha C. Ribeiro.....	363
I Introdução	363
II A promessa na lâmina	365
III Promessas de campanha e autovinculação do agente eleito.....	367
Referências	370

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS: ORDENATÓRIA/LIMITATIVA; PRESTACIONAL/EXPLORATÓRIA; E REGULATÓRIA (INDICATIVA, INCITATIVA E IMPERATIVA)

André Saddy	371
Introdução	371
1 Manifestações ou formas de atuação administrativa clássicas	372
1.1 Atividade de polícia	373
1.2 Atividade de serviço público	374
1.3 Atividade de fomento	376
2 Substituição da atividade de fomento pela administração regulatória.....	379
Conclusão	380
Referências	381

O DEVER JUDICIÁRIO

Marcelo Harger.....	383
1 Introdução	383
2 O surgimento do Direito Público	383
3 A tripartição dos poderes no Brasil	384
4 Os conceitos de jurisdição, competência e processo nos manuais de processo civil brasileiros.....	385
4.1 O conceito de jurisdição.....	385
4.2 O conceito de competência.....	385
4.3 O conceito de processo	386
5 Os conceitos de função administrativa, competência e processo administrativo.....	387
5.1 Função administrativa	387
5.2 Competência.....	388
5.3 O processo administrativo	389
6 A importância dos institutos de Direito Administrativo para a correta compreensão da atividade jurisdicional.....	390
7 Conclusão	391
Referências	392

CONTROLE EXTERNO DAS CONTAS DE GESTÃO DOS PREFEITOS MUNICIPAIS
— REFLEXÕES SOBRE OS ENTENDIMENTOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Fabício Motta, Ismar Viana, Heloísa Helena Antonacio Monteiro Godinho, Ricardo Schneider Rodrigues.....	393
1 A homenagem e a homenageada	393
2 Introdução: uma história de controvérsias e perplexidades	394
3 Interpretações equivocadas.....	396
4 Conclusão	399

AS CÂMARAS DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE
CONFLITOS E O PAPEL DA ADVOCACIA PÚBLICA NO FOMENTO DA
CONSENSUALIDADE

Sérgio Pessoa de Paula Castro.....	401
1 Introdução	401
2 As câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos	402
3 As câmaras estaduais e federal.....	404
4 A Câmara de Prevenção e Resolução administrativa de conflitos da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais.....	404
4.1 Criação e funcionamento	404
4.2 Resultados.....	406
5 Considerações finais.....	407
Referências	408

O DIREITO ADMINISTRATIVO E O PROCESSO ESTRUTURAL COMO MEIO
ALTERNATIVO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Bernardo Tinôco de Lima Horta, Marcílio Barenco Corrêa de Mello, Murilo Melo Vale.....	409
1 Introdução	409
2 O Direito Administrativo e os meios alternativos de soluções de controvérsias.....	410
3 O processo estrutural como meio alternativo de solução de controvérsias.....	413
4 Conclusão	415
Referências	416

TERCEIRIZAÇÃO: IMPACTOS NA CADEIA PRODUTIVA E NO REGIME DE
SUBCONTRATAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Anadricea Vicente de Almeida, José Anacleto Abduch Santos	419
1 Introdução	419
2 Novos limites para a terceirização e o impacto na cadeia produtiva	419
3 A subcontratação no contrato administrativo.....	421
4 A interseção entre a terceirização e o regime de subcontratação do contrato administrativo.....	423
5 A visão tradicional da subcontratação e a necessidade de temperamentos	424
6 Conclusões.....	426
Referências	427

A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PODER JUDICIÁRIO

Ana Cláudia Finger, Daniel Wunder Hachem	429
1 A liderança feminina no Direito Administrativo: uma justa homenagem à professora Cristiana Fortini.....	429
2 A igualdade de gênero na Constituição e a desigualdade no mundo dos fatos	430
3 A presença feminina nos cargos do Poder Judiciário brasileiro.....	432
4 Conclusões.....	437
Referências	438

ASPECTOS CONCEITUAIS E ABRANGÊNCIA PRÁTICA DOS ACORDOS
DE NATUREZA INTEGRATIVA E SUBSTITUTIVA NOS PROCESSOS
ADMINISTRATIVOS DE RESPONSABILIZAÇÃO DA LEI Nº 12.846/13: A
NORMATIZAÇÃO E A APLICAÇÃO DO JULGAMENTO ANTECIPADO E DO
TERMO DE COMPROMISSO NO ÂMBITO DE ATUAÇÃO DA CGU

Álvaro Ricardo de Souza Cruz, Cláudia Costa de Araújo Fusco, Daniel Martins e Avelar, Leonardo de Araújo Ferraz	441
1 Introdução	442

2	Acordos substitutivos e integrativos.....	444
3	Acordo integrativo prévio ao julgamento antecipado	446
4	Termo de compromisso: acordo substitutivo	448
5	Conclusões.....	449
	Referências	450

PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE NA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS — LEI Nº 14.133/2021

Eduardo Vieira Busch.....	453
---------------------------	-----

MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES (LEI Nº 14.133/21) — PRIMEIRAS IMPRESSÕES

Rafael Maffini.....	459
I Notas introdutórias	459
II Antecedentes históricos em matéria de meios alternativos de resolução de controvérsias perante a Administração Pública.....	461
III Do emprego de meios alternativos de resolução de controvérsias em tema de licitações e contratos administrativos.....	464
IV Questões procedimentais no emprego de meios alternativos de resolução de controvérsias em tema de licitações e contratos administrativos.....	468
V Notas conclusivas	469
Referências	469

EM BUSCA DA NORMALIZAÇÃO DO ERRO (HONESTO) NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Juliana Bonacorsi de Palma, Marcos Nóbrega	471
1 Introdução: o erro na construção do Direito Administrativo	471
2 Tutela jurídica do erro na Administração Pública: o erro administrativo é normalizado?.....	473
3 Normalização do erro na gestão pública	476
4 Como errar na gestão pública?	478
5 Considerações finais.....	480
Referências	481

AS EMENDAS PARLAMENTARES SOB A ÓTICA DA IMPROBIDADE LEGISLATIVA

Marcus Rômulo Maia de Mello.....	483
----------------------------------	-----

CONTRATUALIDADE DA REGULAÇÃO E MUTABILIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS

Gabriel Ribeiro Fajardo, Flávio Unes	
I Introdução	489
II Governo por contratos: a delegação de serviços públicos pelo Estado	490
III A evolução regulatória e a regulação por contratos.....	491
IV A contratualização da regulação e a mutabilidade da prestação dos serviços públicos	493
V Conclusão	496
Referências	496

SERVIÇOS PÚBLICOS E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Dinorá Adelaide Musetti Grotti, José Roberto Pimenta Oliveira	499
1 A concepção de serviço público e a justificativa para sua existência.....	499
2 A dignidade da pessoa humana na CF/88	503
3 Direitos sociais, a reserva do possível e o mínimo existencial.....	505
4 Observações finais	508
Referências	509

ASPECTOS DA TEORIA DA CAPTURA E A CORRELACIONADA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Anna Catharina Machado Normanton, Bárbara Portes Rodrigues de Carvalho, Caio Mário Lana Cavalcanti.....	511
I Introdução: aspectos gerais da teoria da captura	511

II	A atuação do Ministério Público frente à temática.....	513
III	Conclusão	516
	Referências	517

AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO E JUROS COMPENSATÓRIOS: BREVE ANÁLISE SOBRE OS EFEITOS DO LAPSO TEMPORAL DAS ALTERAÇÕES DO ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

	Beatriz Lima Souza, Luan Alvarenga Balieiro, Pedro Costa França.....	519
I	Introdução	519
II	Do histórico da alteração porcentagem dos juros compensatórios e seus efeitos	520
III	Conclusão	523
	Referências	524

QUARTEIRIZAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA VENCER OS ENCARGOS BUROCRÁTICOS EM LICITAÇÕES E CONTRATOS

	Joel de Menezes Niebuhr	525
1	Otimização da licitação	525
2	Otimização da gestão contratual	526
3	Mitigação dos riscos de transação para os fornecedores, o que tende a atrair propostas mais vantajosas	526
4	Mitigação do risco de descontinuidade	527

POLÍTICA *VERSUS* TÉCNICA: O DECRETO Nº 12.282/24 E AS TENSÕES ENTRE A ANATEL E A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

	Alice Voronoff, André Cyrino	531
I	Introdução	531
II	A sistemática da LGT: entre a política e a <i>expertise</i>	531
III	O Decreto nº 12.282/24 e como a sua edição interfere no equilíbrio fino entre técnica e política.....	532
IV	Conclusão	536
	Referências	536

PROTAGONISMO E SUBSIDIARIEDADE NAS RELAÇÕES ENTRE ESTADO E TERCEIRO SETOR

	Fernando Mânica, José Sérgio da Silva Cristóvam.....	537
1	Contexto.....	537
2	O princípio da subsidiariedade	538
3	A subsidiariedade na reforma do Estado	539
4	A subsidiariedade e o protagonismo estatal no setor social brasileiro.....	539
5	Os três modelos de ação estatal no setor social	540
6	À guisa de conclusão.....	541
	Referências	541

BREVES COMENTÁRIOS AO PRINCÍPIO DA SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES: DA CONCEITUAÇÃO À IMPORTÂNCIA

	Caio Mário Lana Cavalcanti, Camila Valério de Barcelos Almeida, Felipe Leite Alves de Almeida, Felipe Lopes Vieira Vasconcelos	543
I	Introdução	543
II	O princípio da segregação de funções: conceituação, razão de ser e importância	544
III	Conclusão	547
	Referências	548

O SEGURO-GARANTIA COM CLÁUSULA DE RETOMADA COMO FERRAMENTA PARA A EFICÁCIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL NAS OBRAS PÚBLICAS DE GRANDE VULTO

	Felipe Dalenogare Alves, Marilene Matos, Rafael Amorim de Amorim	549
I	Introdução	549
II	As garantias na Lei nº 14.133/2021	550
III	O seguro-garantia na Lei nº 14.133/2021 e na Circular Susep nº 662, de 11.04.2022.....	551

IV	O seguro-garantia com cláusula de retomada prevista nos arts. 99 e 102 da Lei nº 14.133/2021	554
V	Conclusão	558
	Referências	558

SETE IMPACTOS DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES SOBRE CONCESSÕES E PPPS

Thiago Marrara.....	561
---------------------	-----

ACORDOS SUBSTITUTIVOS DE SANÇÕES NA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: POSSIBILIDADES E LIMITES

Rita Tourinho, Thais Marçal.....	565
1 Introdução	565
2 A nova tratativa das infrações e sanções administrativas na Lei nº 14.133/2021: o novo limite à discricionariedade do poder punitivo	566
3 Os acordos substitutivos de sanções na Lei nº 14.133/2021	567
4 Limites aos acordos substitutivos de sanções na Lei nº 14.133/2021	569
5 Conclusão	572
Referências.....	572

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS ABERTAS E CONSENSUALIDADE: CAMINHOS PARA UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INOVADORA E EFICIENTE

Sarah Campos, Carlos Nitão	575
1 Introdução	575
2 Contratações públicas abertas	575
3 Potencial de abertura das contratações públicas pelo consenso	578
4 Desafios e caminhos para o futuro.....	581
5 Conclusões.....	582
Referências.....	583

O NOTÓRIO ESPECIALISTA E A NATUREZA SINGULAR SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 14.133/2021: UMA ANÁLISE DAS MUDANÇAS E IMPLICAÇÕES PARA AS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Ana Luiza Jacoby Fernandes, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	585
1 Da discricionariedade da Administração e da legalidade.....	585
1.1 Da discricionariedade e a inexigibilidade de licitação	586
1.2 Da notória especialização	588
2 A polêmica da singularidade como condição para a inexigibilidade de licitação.....	588
2.1 Singularidade: um problema de hermenêutica	589
2.2 Mudanças de perspectivas	589
2.3 Da confiança como corolário para a contratação de serviços técnicos especializados...	590
2.4 O notório especialista e os requisitos da Lei.....	591
Considerações finais.....	591
Referências.....	592

A RELEVÂNCIA DA ASSESSORIA JURÍDICA NA FASE PREPARATÓRIA DA LICITAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO DIRETA

Rafael Carvalho Rezende Oliveira.....	593
1 Introdução	593
2 A relevância da assessoria jurídica na fase preparatória da licitação e da contratação direta	596
3 Conclusões.....	599
Referências.....	600

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM CENÁRIOS DE CRISE CLIMÁTICA: PLANEJAMENTO E RESPOSTA EM TEMPOS DE EMERGÊNCIA

Daiese Quênia Jaala Santos Bomfim, Fábio de Sousa Santos,		
Luasses Gonçalves dos Santos, Rafael Ramos		603
1	Introdução	603
2	Planejamento estratégico em crises climáticas	604
3	Direito dos desastres	606
4	Resposta da Administração Pública em situações de emergência	608
5	Conclusão	609
	Referências	610

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS: IMPACTOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO DIREITO BRASILEIRO

Raimundo Messias Júnior, Tatiana Fonseca Ramos.....	611
Introdução	611
1 Honorários advocatícios nas ações em que a fazenda pública é parte	613
2 O arbitramento excepcional de honorários de sucumbência por equidade	613
3 Os honorários advocatícios de sucumbência nas ações de saúde	613
4 Desafios e perspectivas	615
Conclusão	618
Referências	618

A RESERVA DE ADMINISTRAÇÃO COMO FAIXAS DE PROTEÇÃO DA ATIVIDADE REGULATÓRIA

Antonio Augusto Junho Anastasia	621
---------------------------------------	-----

A NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA À LUZ DOS ENUNCIADOS DO IBDA

Adriana da Costa Ricardo Schier, Giulia Andrade	627
1 As alterações no regime da improbidade administrativa: em busca da superação do Direito Administrativo do Medo	627
2 As alterações do regime de indisponibilidade de bens trazidas pela Lei nº 14.230/21... ..	628
3 Os enunciados do IBDA e a incidência do novo regime de indisponibilidade de bens às ações em trâmite	631
Considerações finais.....	635
Referências	635

ANOTAÇÕES SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO DO PARECERISTA ADVOGADO PÚBLICO. O ATUAL ESTÁGIO DA JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA DESDE O MANDADO DE SEGURANÇA Nº 24.631-6/DF. INADMISSÍVEL OU POSSÍVEL?

Márcio Alessandro de San'tiago Potenciano, Juscimar Pinto Ribeiro	637
1 Introdução	637
2 A inviolabilidade do advogado. Limites e sindicabilidade.....	638
3 Evolução das normas brasileiras acerca da responsabilização do advogado, privado e público, no século XXI	639
4 Algumas decisões do STF a respeito da responsabilização do advogado público no século XXI	639
4.1 A decisão do STF no MS 24.631-6/DF, de 2007.....	639
4.2 A decisão do STF no MS 35.196 AgR/DF, de 2019	641
4.3 A decisão do STF no ARE 1235427 ED-AgR-segundo, de 2023	642
5 Conclusões.....	643
Referências	645

IMPORTÂNCIA DO ORÇAMENTO SENSÍVEL A GÊNERO NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO

Mônica Sifuentes	647
1 Introdução	647
2 O que é Orçamento Sensível a Gênero	648
3 Orçamento Sensível a Gênero no contexto do Poder Judiciário brasileiro	649
4 Medidas instituídas pelo Conselho Nacional de Justiça	651
5 Iniciativa do Tribunal Regional Federal da 6ª Região	652
6 Conclusão	653
Referências	653

A CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E O DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR BRASILEIRO

Edilson Pereira Nobre Júnior	655
I Introdução	655
II A CADH e o Direito Interno	656
III A CADH e o Direito Administrativo Sancionador brasileiro	658
IV O controle de convencionalidade.....	661
V Síntese conclusiva	662
Referências	662

ESCOLHA DOS ÁRBITROS E PUBLICIDADE: PECULIARIDADES NA ARBITRAGEM ENVOLVENDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Florivaldo Dutra de Araújo, Laura Mello de Almeida	665
1 Introdução	665
2 A arbitragem e sua aplicação à Administração Pública.....	666
3 Escolha dos árbitros	667
4 Publicidade nos procedimentos arbitrais.....	670
5 Considerações finais.....	672
Referências	673

UM OLHAR SUBSTANCIALMENTE FEDERATIVO DAS COMPRAS PÚBLICAS NO BRASIL

Victor Aguiar Jardim de Amorim	675
1 O que sobra para Estados e Municípios em matéria de normatização de licitações e contratos administrativos?	675
2 A eficácia vinculante da “jurisprudência” dos órgãos de controle federais	678
3 Por um “giro hermenêutico” no Direito Administrativo dos Estados e Municípios	680
Referências	683

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR E O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE DA MULTA POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Renato Luís Dresch, Leandro Queiroz Gonçalves	685
1 Introdução	685
2 Princípios orientadores do Direito Administrativo Sancionador.....	686
3 Natureza das sanções por ato de improbidade administrativa.....	688
4 A proporcionalidade como elemento de legitimidade da multa civil.....	689
5 A distorção na vinculação da multa civil ao dano ou proveito econômico	691
6 Considerações finais.....	692
Referências	693

CONSTITUCIONALIDADE DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

Paulo Gustavo Gonet Branco, Pedro Gonet Branco	695
1 Do Estado Absolutista ao Estado Regulador.....	695
2 Críticas à criação das agências reguladoras	697
3 Constitucionalidade das agências reguladoras.....	698
4 Considerações finais.....	702
Referências	703

A CONTRATAÇÃO DIRETA DE ADVOGADO PELO PODER PÚBLICO

Clovis Beznos.....	705
--------------------	-----

BREVES COMENTÁRIOS AO JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO E O INTERESSANTE AVANÇO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA ACERCA DA TEMÁTICA

Bárbara Portes Rodrigues de Carvalho, Caio Mário Lana Cavalcanti	713
I O que é o julgamento com perspectiva de gênero?	713
II A atuação do Conselho Nacional de Justiça	714
III Conclusão	716
Referências	716

MINISTÉRIO PÚBLICO E GOVERNANÇA PÚBLICA: OS PROGRAMAS DE INTEGRIDADE COMO OBRIGAÇÃO NOS ACORDOS EM DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

Rodrigo Otávio Mazieiro Wanis	717
1 Introdução	717
2 Por um novo modelo de atuação do Ministério Público na defesa do patrimônio público: a consensualidade e os programas de integridade	718
3 A possibilidade de implementação consensual dos programas de integridade nos acordos em defesa do patrimônio público	722
4 Considerações finais	724
Referências	726

COMO ENSINAR CONCESSÕES E PPPS?

Eduardo Jordão, Tarcila Reis	729
1 Introdução	729
2 Entre conceitos e funções.....	730
3 Licitação: quais decisões tomar para além de um <i>checklist</i> de documentos?.....	731
4 Como garantir a prestação de um “serviço adequado”?	732
5 Como explicamos o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos?	734
6 Crise é o dia a dia nas concessões e PPPs	734
7 Conclusão	735

RENEGOCIAÇÕES CONTRATUAIS SEM RISCO MORAL OU SISTÊMICO: QUAIS CASOS ADMITIR NO PROGRAMA DE RENEGOCIAÇÃO NA SECEX-CONSENSO DO TCU?

Mauricio Portugal Ribeiro, Felipe Sande, Eduardo Jordão	737
1 Justificando a tese: por que renegociar apenas contratos insustentáveis?	738
2 Aplicando a tese: como demonstrar a insustentabilidade de contratos e avaliar a conveniência da renegociação?.....	739
3 Metodologia para análise da insustentabilidade do contrato e para análise de custo-benefício da renegociação comparada à opção de extinção do contrato com nova licitação.....	741
3.1 A análise de custo-benefício entre as alternativas de renegociar ou extinguir o contrato com nova licitação.....	741

EPISTEMOLOGIA DO (DES)EQUILÍBRIO: DO MODELO MECANICISTA AO EQUILÍBRIO COMO “ESTABILIZADOR DE EXPECTATIVAS”

Marcos Nobrega	745
Modelo mecanicista de reequilíbrio econômico-financeiro.....	748
O modelo clássico e a crença na autoestabilização dos mercados	749
Conclusão	754
Referências	754

ENSAIO SOBRE O ESTADO QUÂNTICO: SEUS POSTULADOS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Augusto Neves Dal Pozzo	757
1 Introdução	757
2 Breve evolução histórica: do estado moderno ao estado quântico	758
3 O conceito de Estado Quântico: fundamentos, potenciais críticas e cuidados metodológicos	758
4 A importância estratégica da infraestrutura e a transformação do Estado	760
4.1 O agronegócio como exemplo de demanda por infraestrutura interconectada	763
5 A teoria relacional de Ian Macneil e a reconstrução dos contratos públicos.....	764
5.1 O Estado Quântico e a contratação pública: uma aproximação necessária	764
5.2 Breve panorama da Teoria Relacional dos Contratos	764
5.3 Contratos administrativos e deveres públicos: a confluência com o Estado Quântico....	765
6 Princípios constitucionais, interpretação evolutiva e as novas exigências do Estado....	767
7 Conclusão	768
Referências	770

AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA — A3P: UM BREVE DIAGNÓSTICO APÓS 25 ANOS DE PROGRAMA

Marco Antônio Praxedes de Moraes Filho	771
1 Evolução histórica da A3P.....	771
2 Eixos temáticos da A3P.....	772
3 Breve diagnóstico da A3P.....	775
4 Considerações finais	776
Referências	777

POSFÁCIO	779
----------------	-----

SOBRE OS AUTORES.....	783
-----------------------	-----

Adilson Abreu Dallari

Advogado, professor titular de Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da PUC-SP; membro do Conselho Superior de Estudos Nacionais e Política (COSEN), da FIESP; membro do Conselho Superior de Direito da FECOMÉRCIO; membro do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP).

Adriana da Costa Ricardo Schier

Estágio pós-doutoral em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Mestre e doutora em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Presidente da Comissão de Fomento e Terceiro Setor do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo, Presidente do Instituto Paranaense de Direito Administrativo e Vice-Presidente da Comissão de Infraestrutura e Desenvolvimento OAB/PR.

Alexandre Cammarosano Kopczynski

Advogado. Mestre em Direito Administrativo pela PUC-SP. Especialista em Direito Constitucional e Administrativo pela Escola Paulista de Direito e em Processual Civil pela FDSBC. Coordenador da Escola Superior da Advocacia, núcleo Santo André/SP. Professor no curso de especialização “Tutela Civil dos Direitos Difusos”, co-coordenando o crédito de Tutela da Proibição Administrativa, da UNINOVE. Professor convidado do curso de especialização em Direito Eleitoral do Damásio. Integrante do grupo de pesquisa Regulação Administrativa, da PUC-SP (Curriculum na Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0305045354760530>).

Alice Voronoff

Doutora e mestra em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-doutora em Direito pela Universidade de Coimbra.

Álvaro Ricardo de Souza Cruz

Mestre, doutor e pós-doutor em Direito/História pela UFMG. Desembargador Federal no Tribunal Regional Federal da 6ª Região e professor adjunto III da PUC Minas.

Ana Cláudia Finger

Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná. Professora da Universidade Positivo e da Escola Paranaense de Direito.

Ana Luiza Jacoby Fernandes

Advogada, doutoranda e mestre em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), pós-graduada em Direito Administrativo pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Sócia e diretora executiva no escritório Jacoby Fernandes & Reolon Advogados Associados. Membro da International Bar Association (IBA), do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN) e do Instituto Nacional da Contratação Pública (INCP). Professora e Diretora Executiva do Instituto Protege.

Ana Maria Rodrigues Barata

Mestra em Direito pela UFPA. Especialista em Direito Sancionador Disciplinar. Consultora jurídica. Advogada. Professora aposentada da UFPA. Autora de diversos livros coletivos. Membro do IDASAN, IDAPAR e ISM.

Anadricea Vicente de Almeida

Especialista em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito de Curitiba, MBA em Gestão Estratégica de empresas pela ISAE/FGV. Vice-Presidente Executiva da empresa Zênite Informação e Consultoria S.A.

Anderson Pedra

Procurador-Geral da Assembleia Legislativa (ES). Procurador do Estado (ES). Pós-doutor em Direito (Universidade de Coimbra). Doutor em Direito do Estado (PUC-SP). Professor de Direito Constitucional e Administrativo da FDV/ES. Autor de obras jurídicas. Membro fundador do Instituto Nacional de Contratações Públicas (INCP).

André Cyrino

Professor associado de Direito Administrativo da UERJ. Doutor e mestre em Direito Público pela UERJ. *Master of Laws* (LL.M.) pela Yale Law School (EUA).

André Luiz Freire

Pós-doutor em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra — Instituto Ius Gentium Conimbrigae. Doutor (S.J.D.) em Filosofia do Direito pela Universidade de Virginia. Doutor e mestre em Direito do Administrativo pela PUC-SP. *Master of Laws* (LL.M.) pela Universidade de Virginia. Professor do Departamento de Teoria Geral do Direito da PUC-SP. Sócio do Mattos Filho Advogados. *E-mail*: andre.freire@mattosfilho.com.br.

André Saddy

Pós-doutor pelo Centre for Socio-Legal Studies da Faculty of Law da University of Oxford. Doutor europeu em “Problemas actuales de Derecho Administrativo” pela Facultad de Derecho da Universidad Complutense de Madrid, com apoio da Becas Complutense

Predotorales en España, Mestre em Administração Pública pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com apoio do Programa Alþan, Programa de Bolsas de Alto Nível da União Europeia para América Latina. Pós-graduado em Regulação Pública e Concorrência pelo Centro de Estudos de Direito Público e Regulação (CEDIPRE) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito, do mestrado em Direito Constitucional e do doutorado em Direitos, Instituições e Negócios da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor de Direito Administrativo do Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Diretor Executivo do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA). Vice-Presidente do Instituto de Direito Administrativo do Rio de Janeiro (IDARJ). Diretor-Presidente do Centro de Estudos Empírico-Jurídicos (CEEJ). Idealizador e coordenador do Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Direito Administrativo Contemporâneo (GDAC). Sócio fundador do escritório Saddy Advogados. Consultor e parecerista.

Anna Catharina Machado Normanton

Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestra em Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Mestra em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da PUC-SP. Doutoranda em Teoria Geral do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Professora da Universidade Santo Amaro. Professora de pós-graduação.

Antonio Augusto Junho Anastasia

Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1983) e mestre em Direito pela UFMG (1990). Foi professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da UFMG de 1993 a 2022. Atualmente é professor da FGV, do IDP, da UNIPAC e do IMEPAC. Foi Secretário-Executivo dos Ministérios do Trabalho e da Justiça de 1995 a 2001. Secretário de Estado de diversas pastas no Governo de Minas Gerais. Vice-Governador do Estado de Minas Gerais de 2007 a 2010. Governador do Estado de Minas Gerais de 2010 a 2014. Senador da República por Minas Gerais de 2015 a 2022. Atualmente é Ministro do Tribunal de Contas da União desde 2022.

Ariane Shermam

Doutora em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestra em Direito Administrativo pela UFMG. Professora. Assessora de Conselheiro no Tribunal de Contas de Minas Gerais. Advogada. *E-mail*: ariane.vieira@tce.mg.gov.br.

Augusto Neves Dal Pozzo

Professor de Direito Administrativo e Fundamentos de Direito Público da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor do Programa de pós-graduação *stricto sensu* em Direito Administrativo da PUC-SP. Professor do curso de pós-graduação *lato sensu* em Direito Administrativo da PUC-SP. *Visiting Professor* na Università di Roma La Sapienza, na Itália. *Chercheur Invité* na Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, na França. *Chercheur Invité* na Université Paris 2 Panthéon-Assas, na França. *Research Assistant* na Harvard Law School do Professor Roberto Mangabeira Unger, Roscoe Pound Professor of Law. Doutor e mestre em Direito Administrativo pela PUC-SP. Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos da Infraestrutura (IBEJI). Advogado e parecerista. Sócio fundador do Dal Pozzo Advogados.

Bárbara Portes Rodrigues de Carvalho

Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Graduada em Direito pela Faculdade Milton Campos. Especialista em Direito Público pela Universidade Cândido Mendes.

Beatriz Lima Souza

Advogada. Mestre em Direito Público pela PUC Minas. Especialista em Direito Público pela Faculdade Milton Campos. Professora da pós-graduação em Direito Administrativo da PUC Minas Virtual.

Bernardo Tinôco de Lima Horta

Doutorando em Direito pela UFMG. Mestre em Direito pela UFMG. Juiz Federal Titular vinculado ao Tribunal Regional Federal da 6ª Região. Bacharel em Direito pela UFMG, com período sanduíche na Università di Roma Tor Vergata — Itália. Especialista em Direito Público pela PUC Minas. Especialista em Justiça Constitucional e Tutela Jurisdicional dos Direitos pela Università di Pisa — Itália.

Bruno Betti Costa

Procurador do Município de Belo Horizonte. Ex-Procurador do Estado de São Paulo. Mestre em Direito Público pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP). Professor de Direito Administrativo. Autor do *Manual de Direito Administrativo*, pela editora GEN/Método. Advogado e parecerista.

Caio Mário Lana Cavalcanti

Advogado do Pires Fortini Advogados. Procurador da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Ex-Procurador do Município de Itabirito. Especialista em Direito Administrativo, Tributário e Processual pela PUC Minas. Especialista em Ciências Criminais, Direito Tributário, Constitucional, Urbanístico e Ambiental pela UCAM. Especialista em Advocacia Pública pelo IDDE e pela Universidade de Coimbra. Especialista em Direito Administrativo, Público, Processual e Constitucional pela FEAD/MG. Especialista em Direito Penal e Civil pela Faculdade Arnaldo. Especialista em Direito Público pela UNA. Sócio Efetivo do IMDA.

Camila Valério de Barcelos Almeida

Assessora jurídica na CEMIG. Advogada. Graduada pela Faculdade de Direito Milton Campos. Pós-graduada em Direito Civil e Processual Civil pela Universidade Estácio de Sá. Especialista em Finanças Públicas pela Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, vinculada ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. *E-mail*: camilavbarcelos@hotmail.com.

Carlos Nitão

Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutorando em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Membro do Instituto Paraibano de Direito Administrativo. Procurador Federal da Advocacia-Geral da União. Pesquisa sobre a LINDB e contratações públicas.

Carlos Vinícius Alves Ribeiro

Promotor de Justiça e Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público. Mestre e doutor em Direito pela FD/USP, com pós-doutoramento em Direito pela FD/USP e pela FD/Coimbra. Professor de Direito Administrativo no IDP.

Carolina Zancaner Zockun

Professora de Direito Administrativo na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-doutora em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra (Portugal). Mestra e doutora em Direito Administrativo pela PUC-SP. Procuradora da Fazenda Nacional. *E-mail:* czockun@pucsp.br.

Caroline Müller Bitencourt

Professora do programa de pós-graduação — mestrado e doutorado — em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul (Santa Cruz do Sul-RS, Brasil). Doutora e mestra em Direito. Estágio pós-doutoral pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Chefe do Departamento de Ciências Jurídicas da UNISC. Advogada.

Cesar Pereira

Doutor e mestre em Direito pela PUC-SP. C.Arb. FCI Arb. Advogado.

Christianne de Carvalho Stroppa

Professora doutora e mestra pela PUC-SP. Especialista em Auditoria e Inovação no Setor Público. Ex-Assessora de Gabinete no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Advogada e consultora em Licitações e Contratos Administrativos. Membro associado do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA), do Instituto de Direito Administrativo Paulista (IDAP), do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP), do Instituto Nacional de Contratação Pública (INCP) e do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN). Professora convidada das pós-graduações em licitações e contratos da Coordenadoria Geral de Especialização (COGEAE) da PUC-SP, da PUCPR, da Escola Mineira de Direito (EMD), da Faculdade Polis Civitas — Curitiba/PR, da Faculdade Baiana de Direito e do Complexo de Ensino Renato Saraiva Ltda. — Faculdade CERS. Autora de diversos artigos e palestrante na área da contratações públicas.

Clarissa Sampaio Silva

Professora da Universidade de Fortaleza do mestrado profissional em Direito e Gestão de Conflitos (Gestão de Conflitos com o Setor Público) na graduação (Direito Administrativo). Advogada da União.

Cláudia Costa de Araújo Fusco

Mestra em Administração Pública pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Controladora-Geral Adjunta do Município de Belo Horizonte.

Clovis Beznos

Ex-Presidente do IBDA, mestre e doutor em Direito do Estado, pela Faculdade de Direito da PUC-SP, onde leciona desde 1973, no bacharelado e na pós-graduação, advogado militante há mais de 50 anos.

Cristina Andrade Melo

Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais. Graduada e mestra em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da UFMG.

Daiesse Quênia Jaala Santos Bomfim

Auditora de Controle Externo no TCM-SP. Chefe de Auditoria na Secretaria de Controle Interno (AGU). Advogada com mestrado e pós-graduação em Direito Público. Presidente da Comissão de Estudos sobre Diversidade Racial do IBDA. Membro do Instituto de Direito Administrativo Sancionador.

Daniel de Andrade Oliveira Barral

Mestre em Direito Público pela Universidade Nova de Lisboa. Procurador federal. Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). *E-mail:* danbarral@gmail.com.

Daniel Martins e Avelar

Mestre em Direito e Administração Pública pela UFMG. Subcontrolador de Correição do Município de Belo Horizonte.

Daniel Silva Queiroga

Advogado, professor, doutor em Direito pela UFMG. Mestre em Direito pela PUC Minas. *E-mail:* daniel@danielqueiroga.com.

Daniel Wunder Hachem

Doutor e mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná. Professor das Faculdades de Direito da Universidade Federal do Paraná e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Advogado.

Daniela Campos Libório

Advogada, pós-doutora pela Universidad Sevilla, mestra e doutora pela PUC-SP. Diretora da Escola Superior da Advocacia da OAB/SP, Presidente da Comissão de Sustentabilidade do IBDA, ex-presidente IBDU (2013-17), ex-presidente da Comissão Especial de Direito Urbanístico da OAB Nacional (2019-24), professora da PUC-SP (1992-2022).

Daniela Mello Coelho Haikal

Professora associada do Departamento de Direito Público da UFMG. Analista de Controle Externo do TCEMG. Mestra e doutora em Direito Administrativo pela UFMG.

Débora Cristina Cordeiro Campos Leal

Doutoranda e mestra em Educação Tecnológica pelo CEFET-MG. Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão da EaD pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Especialista em Design Instrucional para EaD Virtual pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Pedagoga pela Universidade Federal de Lavras, (UFLA). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4969-9855>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7208036148767948>. E-mail: deboracristinaleal@gmail.com.

Dinorá Adelaide Musetti Grotti

Doutora e mestra pela PUC-SP. Professora aposentada de Direito Administrativo da PUC-SP. Procuradora aposentada do Município de São Paulo. Advogada.

Edgar Guimarães

Advogado. Pós-doutor em Direito pela Università del Salento (Itália). Doutor e mestre em Direito Administrativo pela PUC-SP. Bacharel em Ciências Econômicas pela FESP/PR. Professor convidado no curso de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e da Escola Paranaense de Direito. Consultor Jurídico aposentado do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. 2º Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo. Membro do Instituto dos Advogados do Paraná. Árbitro da Câmara de Arbitragem e Mediação da FIEP/PR. (Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4279678597567440>).

Edilson Pereira Nobre Júnior

Professor titular jubilado da Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Desembargador do Tribunal Regional Federal da Quinta Região. Coordenador do Grupo de Pesquisa CNPq “Desafios do controle da Administração Pública Contemporânea”.

Eduardo Grossi Franco Neto

Procurador do Estado de Minas Gerais. Mestre em Direito e Administração Pública pela UFMG. Professor da pós-graduação (MBA) da PUC Minas em Infraestrutura, Concessões e Parcerias Público-Privadas. Advogado.

Eduardo Jordão

Professor da FGV Direito Rio e sócio do Portugal Ribeiro & Jordão Advogados. Doutor pelas Universidades de Paris e de Roma. Mestre pela USP e pela LSE. Foi pesquisador visitante em Harvard, Yale, MIT e Institutos Max.

Eduardo Vieira Busch

Ex-Secretário Municipal e Controlador-Geral do Município de Guarujá (SP). Ex-assessor jurídico parlamentar nas Câmaras Municipais de Santos e Guarujá (SP). Ex-assessor jurídico acadêmico da reitoria da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS). Ex-Presidente do CAAG — Centro Acadêmico “Alexandre de Gusmão”, da Faculdade de Direito da UNISANTOS. Ex-membro do conselho editorial da revista da Procuradoria-Geral do Município de Santos/SP. Bacharel em Direito pela UNISANTOS. Exerce advocacia civil, administrativa e eleitoral. Coordenador político e jurídico de campanhas eleitorais. Coordenador e coautor das obras: “Carta Jurídica — Direito Processual Civil” (Editora Jurídica Brasileira, 1999); “Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos — Aspectos Relevantes da Lei 14.133/21” (Editora Quartier Latin, 2023) e “Improbidade Administrativa — Aspectos Relevantes das Leis 8.429/1992 e 14.230/2021” (Editora Tirant Lo Blanch, 2025). Advogado. E-mail: eduardobusch@hotmail.com.

Eurico Bitencourt Neto

Professor de Direito Administrativo dos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Direito da UFMG. Doutor pela Universidade de Lisboa.

Fábio de Sousa Santos

Doutor e mestre em Direito pela PUCPR. Professor do PPGD da Faculdade Católica de Rondônia. Vice-Presidente do Instituto Rondoniense de Direito Administrativo. Procurador do Estado de Rondônia.

Fábio Lins de Lessa Carvalho

Doutor em Direito Administrativo pela Universidad de Salamanca. Professor associado da Faculdade de Direito de Alagoas (UFAL) e do Centro Universitário CESMAC. Procurador do Estado de Alagoas. Advogado. Presidente do Instituto de Direito Administrativo de Alagoas (IDAA).

Fabrício Motta

Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO). Professor permanente do programa de pós-graduação em Direito e Políticas Públicas (PPGDP-UFG). Doutor em Direito do Estado (USP) e mestre em Direito Administrativo (UFMG). Membro nato da Diretoria do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA). Diretor Institucional do Instituto de Direito Administrativo de Goiás (IDAG).

Fabrício Souza Duarte

Mestre e especialista em Direito Público pela PUC Minas. Ex-Procurador-Geral da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Diretor Legislativo da Câmara Municipal de Contagem. Professor da pós-graduação da Escola de Contas Prof. Pedro Aleixo, do TCE/MG. Advogado.

Felipe Alexandre Santa Anna Mucci Daniel

Doutor e mestre em Direito pela UFMG. Professor da Faculdade de Direito Milton Campos e do Centro Universitário UNA. Diretor Jurídico da Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP), na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Felipe Dalenogare Alves

Doutor e mestre pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Santa Maria. Professor de Direito Administrativo e Constitucional, membro da Coordenação-Geral Jurídica de Licitações, Contratos, Convênios e Parcerias da Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa.

Felipe Klein Gussoli

Doutor em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Direito Econômico e Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Advogado em Curitiba.

Felipe Leite Alves de Almeida

Assessor Judiciário no TJMG. Graduado em Direito pela PUC Minas. Especialista em Direito Processual pela PUC Minas. Especialista em Direito Público pela Faculdade Arnaldo. Especialista em Direito Processual Civil pela Faculdade Supremo.

Felipe Lopes Vieira Vasconcelos

Diretor de Logística e Serviços Gerais na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais. Bacharel em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro. Mestre em Economia Aplicada pela UFOP. Especialista em Comércio Exterior pela ABRACOMEX, instituição parceira da MIB (Massachusetts Institute of Business), com dupla certificação Brasil-EUA.

Felipe Sande

Graduado em Ciências Econômicas e Contábeis (FEARP-USP). Mestre em Administração com ênfase em Finanças (FEA-USP). Sócio da BRL Parcerias, pesquisador e professor da Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas (Fipe). Especialista em modelagem econômico-financeira de projetos, em especial, Concessões e PPPs e em disputas de reequilíbrio contratual nos âmbitos administrativo, judicial e arbitral.

Fernanda Ghiuro Fritoli

Doutoranda em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Direito Constitucional pela PUC-SP. Especialista em *Compliance* e Proteção de Dados pelo Instituto de Direito Penal Econômico e Europeu (IDPEE) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Advogada em São Paulo.

Fernanda Marinela

Advogada, professora de Direito Administrativo e autora de diversas obras jurídicas, incluindo “Manual de Direito Administrativo” (19ª ed., 2024) e “Manual de Licitações e Contratos Administrativos” (5ª ed., 2024). Foi Presidente da OAB Seccional Alagoas (2016-2018), Conselheira Federal da OAB (2012-2015 e 2019-2021), Presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada da OAB (2013-2015), membro da Comissão Nacional de Direito Administrativo da OAB Nacional (2013-2015) e da Comissão Nacional de Ensino Jurídico da OAB Nacional (2013-2015). Conselheira Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público (2019-2021) e Presidente da Unidade Nacional de Capacitação do CNMP. Atualmente, é membro fundadora do INJUR e instrutora em cursos de capacitação para órgãos públicos.

Fernando Mânica

Doutor em Direito do Estado pela USP. Advogado, especialista em parcerias no setor de saúde e Procurador do Estado. Presidente da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB-PR. Autor de diversos livros, dentre os quais “Fundamentos de Direito do Terceiro Setor” (2022) e “Instituições do Terceiro Setor” (2022).

Flávia Giorgini Fusco Cammarosano

Doutora em Direito Administrativo pela PUC-SP. Professora titular de Direito Público na UNIP, professora de graduação no Grupo Cognia e professora assistente do curso de Especialização em Direito Contratual da PUC-SP. Assistente de coordenação do curso de especialização em Direito Administrativo da PUC-SP. Advogada.

Flávio Garcia Cabral

Professor de Direito Administrativo do INSTED e do mestrado em Direito e Políticas Públicas da UNIRIO. Pós-doutor pela PUCPR. Especialista e doutor em Direito Administrativo pela PUC-SP. Procurador da Fazenda Nacional. *E-mail:* flavio-g.cabral@pgfn.gov.br.

Flávio Unes

Doutor e mestre em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Diretor jurídico titular da FIESP. Professor do mestrado profissional do IDP (São Paulo/SP). Sócio do Silveira e Unes Advogados. Foi presidente da Comissão Especial de Proteção de Dados da OAB-Federal. Assessor Especial da Presidência do STF, Assessor de Ministro do STJ e Assessor de Ministro do TSE. Exerceu o cargo de Secretário Adjunto de Casa Civil e Relações Institucionais do Governo de Minas, além de ter sido Assessor Parlamentar no Senado Federal.

Florivaldo Dutra de Araújo

Professor de Direito Administrativo na UFMG. Procurador da ALMG. Mestre e doutor em Direito pela UFMG.

Francisco Zardo

Doutorando em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná. Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Advogado em Curitiba.

Gabriel Ribeiro Fajardo

Graduado e mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor do programa avançado de gestão pública do Insper e professor convidado da Fundação Dom Cabral. Secretário de Estado Adjunto da Reconstrução Gaúcha, foi Secretário Adjunto de Parcerias e Concessões do Rio Grande do Sul, Subsecretário de Transporte e Mobilidade do Estado de Minas Gerais.

Gabriela Verona Pécio

Advogada, mestra em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Vice-Presidente do Instituto Nacional da Contratação Pública (INCP). Membro da Comissão de Estudos sobre Licitações e Contratos do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA). Consultora em licitações e contratos desde 1998. Autora da obra “Contratos Administrativos — Manual para Gestores e Fiscais — De acordo com a Lei 14.133/2021”, 4ª edição revista, ampliada e atualizada, Editora Fórum, 2024. Coordenadora da obra “Inteligência e Inovação nas Contratações Públicas”, 2021, Editora Fórum.

Geraldo Spagno Guimarães

Presidente do Instituto Mineiro de Direito Administrativo. Mestre pela UFMG. Professor da pós-graduação da Escola de Contas Prof. Pedro Aleixo, do TCE-MG, e na USP-FADERP. Advogado.

Gilberto Bernardino de Oliveira Filho

Especialista em Direito Constitucional e Direito Administrativo pela Escola Paulista de Direito (EPD). Especialista em Interesses Difusos e Coletivos pela Escola Superior do Ministério Público de São Paulo. Consultor Jurídico na área de Licitações e Contratos Administrativos e Direito Administrativo. Editor, professor e diretor jurídico da SGP — Soluções em Gestão Pública. Coordenador do MBA em Licitações e Contratações da Administração Pública da SGP. Professor convidado no programa de extensão universitária da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade São Paulo (FDRP-USP), lecionando, semanalmente, desde 2023 até o presente momento. Professor convidado da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas (EGC) do Tribunal de Contas dos Municípios de São Paulo (TCMSP), por 2 anos consecutivos (2023 e 2024). Coordenador e coautor de obras jurídicas. *E-mail*: gilberto.oliveira.sgp@gmail.com.

Gina Copola

Advogada militante em Direito Administrativo. Pós-graduada em Direito Administrativo pela FMU. Ex-professora de Direito Administrativo na FMU. Autora dos livros “Elementos de Direito Ambiental”, Rio de Janeiro: Temas e Ideias, 2003; “Desestatização e terceirização”, São Paulo: NDJ — Nova Dimensão Jurídica, 2006; “A lei dos crimes ambientais comentada artigo por artigo”, Minas Gerais: Editora Fórum, 2008, e 2ª edição em 2012, “A improbidade administrativa no Direito Brasileiro”, Minas Gerais: Editora Fórum, 2011, “Comentários ao Sistema Legal Brasileiro de Licitações e Contratos Administrativos”, pela ed. NDJ — Nova Dimensão Jurídica, São Paulo, 2016, com artigo sobre o tema licitações, “Temas polêmicos de improbidade administrativa, coautora, pela ed. Casa do Direito — Grupo Editorial Letramento, MG, 2021, com artigo sobre nepotismo cruzado e improbidade administrativa; “Defesas em Juízo e nos Tribunais de Contas — Improbidade Administrativa”, coautora, pela ed. Fórum, MG, 2021, e, ainda, autora de diversos artigos sobre temas de Direito Administrativo, todos publicados em periódicos especializados.

Giulia Andrade

Mestra em Direito Econômico e Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Diplôme Supérieur de l'Université — Droit Administratif pela Paris II, Panthéon-Assas. Especialização em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Diretora Acadêmica Adjunta do Instituto Paranaense de Direito Administrativo. Conselheira Estadual e Presidente da Comissão de Gestão Pública da OAB/PR.

Greycielle de Fátima Peres Amaral

Advogada. MBA em Direito da Economia e da Empresa pela Fundação Getúlio Vargas. Especialista em Mediação, Conciliação e Arbitragem pelo Instituto para o Desenvolvimento Democrático (IDDE). Especializada em Proteção de Dados e Privacidade. Integra o Instituto dos Advogados de Minas Gerais, sendo Presidente da Comissão Especial da LGPD e Diretora do Departamento de Direito Administrativo. Integrou a Comissão Especial de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais da OAB/SP - GT Privacidade na Saúde. Integrou a Comissão de Proteção de Dados da OAB/MG. *E-mail*: greycielle@piresfortini.adv.br.

Heloísa Helena Antonacio Monteiro Godinho

Conselheira Substituta do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO). Mestra em Políticas Públicas e Gestão Governamental (IDP/UNB). Diretora da Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (AUDICON). Presidente do Instituto de Direito Administrativo de Goiás (IDAG). Diretora do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA).

Ingrid Gonçalves Grigoletto

Servidora pública do Município de Cubatão (SP). Professora de língua portuguesa e língua inglesa. Licenciatura plena em Letras pela UNITOLED (Araçatuba-SP). Bacharel em Direito pela ESAMC — Santos (SP). Pós-graduada em Direito pela Faculdade Damásio (SP). Coautora da obra: “Improbidade Administrativa — Aspectos Relevantes das Leis 8.429/1992 e 14.230/2021” (Editora Tirant Lo Blanch, 2025). Advogada. *E-mail*: ingridgrigoletto@gmail.com.

Irene Patrícia Nohara

Livre-docente e doutora em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Professora pesquisadora do Programa de Direito Político e Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie, advogada parecerista e árbitra.

Ismar Viana

Doutorando em Direito Administrativo (PUC-SP). Mestre em Direito. Especialista em Direito Administrativo. Especialista em combate à corrupção: prevenção e repressão aos desvios de recursos públicos. Especialista em Direito Educacional. Membro fundador do Grupo de Pesquisa Constitucionalismo, Cidadania e Concretização de Políticas Públicas da Universidade Federal de Sergipe. Membro do Grupo de Pesquisa Direito e Combate à Corrupção da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN). Professor e coordenador da pós-graduação em Direito Sancionador da Faculdade de Direito 8 de julho. Auditor de Controle Externo. Advogado.

Joel de Menezes Niebuhr

Advogado e doutor em Direito pela PUC-SP.

Jorge Ulisses Jacoby Fernandes

Advogado, mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco, professor de Direito Administrativo, escritor, consultor e conferencista. Atualmente é Diretor-Presidente da Jacoby Fernandes & Reolon Advogados Associados — JFR/AA, consultor cadastrado no Banco Mundial e articulista, membro da Associação de Imprensa de Brasília (AIB), da Federação das Associações de Imprensa do Brasil (FENAI) e da Comissão Especial de Defesa da Federação na OAB nacional. Membro honorário do IDAMS, do IADA e do INCP.

José Anacleto Abduch Santos

Mestre e doutor em Direito Administrativo pela UFPR. Professor de Direito Administrativo. Procurador do Estado do Paraná.

José Edgard Penna Amorim Pereira

Mestre em Direito Constitucional pela UFMG, ex-Procurador-Geral do Município de Belo Horizonte, ex-Presidente do TRE-MG, desembargador aposentado do TJMG, advogado.

José Roberto Pimenta Oliveira

Doutor e mestre pela PUC-SP. Professor de Direito Administrativo da PUC-SP. Procurador Regional da República na 3ª Região.

José Sérgio da Silva Cristóvam

Professor adjunto de Direito Administrativo na graduação, mestrado e doutorado da UFSC. Mestre e doutor em Direito pela UFSC, com estágio de Doutorado Sanduíche junto à Universidade de Lisboa — Portugal. Profesor invitado de la Universidad de Buenos Aires (Argentina), de la Universidad Autónoma de Nuevo León (México) y de la Universidad Andina Simón Bolívar (Ecuador). Membro fundador e Presidente do Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina (IDASC), membro efetivo de la Asociación Internacional de Derecho Administrativo (AIDA), de la Asociación Mexicana de Derecho Administrativo (AMDA) y de la Red Eurolatinoamericana de Docentes de Derecho Administrativo (REDOEDA). Coordenador do Grupo de Estudos em Direito Público do CCJ/UFSC (GEDIP/CCJ/UFSC) e membro da Rede de Pesquisa em Direito Administrativo Social (REDAS) e da Red de Derecho Administrativo Contemporaneo (REDAC). Advogado publicista em Santa Catarina.

Juliana Bonacorsi de Palma

Professora associada da FGV Direito SP. Coordenadora do Núcleo Público da FGV. Mestra e doutora pela Faculdade de Direito da USP. *Master of Laws* pela Yale Law School.

Juliana Picinin

Assessora técnica da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Mestra em Direito pela UFMG. Especialista em Psicologia Positiva e Desenvolvimento Humano. Pós-graduanda em Neurociências. Professora de Direito Administrativo, Direito Processual, *Compliance*, Gestão de Negócios Jurídicos, Inteligência Emocional e Psicologia Positiva. Advogada, nas iniciativas pública e privada, por 25 anos. Foi professora das Faculdades PUC Minas, UEMG, Milton Campos, IBMEC, UNA e UNI-BH (Grupo Anima) e de outras instituições (graduação, pós-graduação e cursos preparatórios). Foi membro efetivo da Junta de Recursos Urbanísticos do Município de Belo Horizonte/MG. Foi Assessora-Chefe da Assessoria Jurídica da EMATER (Governo do Estado de Minas Gerais). Foi conselheira e membro de turmas da OAB/MG. Coordenadora e autora de obras jurídicas e não jurídicas. *E-mail*: jpycinin@hotmail.com.

Juliano Heinen

Doutor em Direito pela UFRGS. Professor de Direito Administrativo. Procurador do Estado do Rio Grande do Sul. Advogado.

Júlio César dos Santos Esteves

Mestre em Direito Administrativo pela UFMG, professor universitário da PUC Minas, ex-Presidente do IMDA, ex-Procurador Geral e procurador aposentado da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, advogado.

Juscimar Pinto Ribeiro

Advogado especialista em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG) e especialista em Direito Administrativo pela Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas (FACH), Instituto de Direito Administrativo de Goiás (IDAG).

Karina Houat Harb

Doutora e mestra em Direito pela PUC-SP. Professora no curso de graduação em Direito da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Professora no mestrado em Direito na UNISA e na pós-graduação *lato sensu* da PUC-SP, Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do TCMSP, Universidade Presbiteriana Mackenzie, Escola Paulista de Magistratura. Advogada. Assessora no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Diretora de Relações Institucionais da Infracommunity Brazil. Membro do IDASAN, do IDAP e do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA), onde preside a Comissão de Estudos Licitações.

Laura Mello de Almeida

Mestranda em Direito na UFMG. Advogada.

Leandro Queiroz Gonçalves

Mestre em Direito pela Escola Superior Dom Hélder Câmara. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Assessor Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Leonardo de Araújo Ferraz

Mestre e doutor em Direito Público pela PUC Minas, com pós-doutorado em Direito pela Universidade Nova de Lisboa. Controlador-Geral do Município de Belo Horizonte.

Licurgo Mourão

Pós-doutorando e doutor em Direito pela Universidade de São Paulo. Conselheiro substituto do Tribunal de Contas de Minas Gerais. Extensões na Hong Kong University; California Western School of Law; Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne; The George Washington University. *E-mail*: gablicurgomourao@tce.mg.gov.br.

Lígia Maria Silva Melo de Casimiro

Doutora em Direito Econômico e Desenvolvimento pela PUCPR e mestra em Direito do Estado pela PUC-SP.

Luan Alvarenga Balieiro

Advogado. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialização em Direito Administrativo na PUC Minas (em curso). Possui artigos publicados na área do Direito Público, em especial no Direito Administrativo.

Luasses Gonçalves dos Santos

Doutor e mestre em Direito do Estado pela UFPR. Professor de Direito Administrativo na Universidade Positivo. Membro do Instituto Paranaense de Direito Administrativo. Advogado.

Luciana Moraes Raso Sardinha Pinto

Doutora e mestra em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenadora e professora do curso de pós-graduação da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. ORCID ID: <https://orcid.org/0009-0002-0082-1768> Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4519213255441318>. *E-mail*: luciana_moraes_r@hotmail.com.

Luciano Elias Reis

Doutor em Direito Administrativo pela Universitat Rovira i Virgili — Espanha. Doutor e mestre em Direito Econômico pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professor de Direito Administrativo do UNICURITIBA. Diretor do Instituto Paranaense de Direito Administrativo. Presidente do Instituto Nacional de Contratações Públicas. Autor de livros e artigos. Sócio do Reis & Lippmann Advogados Associados. *E-mails*: lucianoereis@yahoo.com.br ou luciano@rllaw.com.br.

Luciano Ferraz

Advogado. Consultor de entidades públicas e privadas. Árbitro. Professor associado IV de Direito Administrativo na UFMG. Professor adjunto IV de Direito Administrativo e Financeiro na PUC Minas (campus Coração Eucarístico). Mestre e doutor em Direito Administrativo pela UFMG. Pós-doutor em Direito pela Universidade Nova de Lisboa.

Ludmilla Rocha C. Ribeiro

Advogada, e Desembargadora Eleitoral no TRE de Goiás. Mestra em Direito de Estado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco/USP, Presidente do Instituto Brasileiro de Segurança Jurídica (IBSEJUR).

Luís Carlos Balbino Gambogi

Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Doutor em Filosofia do Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor titular aposentado da Universidade Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC). Já exerceu várias funções no Poder Executivo mineiro: Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação, Secretário de Administração do Estado de Minas Gerais e Secretário Adjunto do Trabalho e Assistência Social. Foi também Deputado Estadual Constituinte. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4632674853300092>.

Luisa Quintão Ubaldo

Advogada especialista em Direito Público e consultora em Direito Urbanístico.

Luiz Magno Pinto Bastos Junior

Mestre e doutor em Direito. Estágio Pós-Doutoral na Universidade McGill. Professor da UNIVALI. Advogado. Membro do IDASAN e do IDASC.

Marçal Justen Filho

Doutor em Direito Público pela PUC-SP.

Marcela Jabor

Advogada e especialista em relações governamentais, mestra em Direito pela Universidade de Lisboa e doutoranda em Direito e Administração Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais, oportunidade esta em que tem a sorte de ser orientada pela Professora Cristiana Fortini.

Marcelo Harger

Advogado, mestre e doutor em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Marcílio Barenco Corrêa de Mello

Pós-doutorando em Direito Administrativo pela UFMG. Doutor em Direito em Ciências Jurídicas Públicas pela Universidade do Minho-Portugal. Mestre em Fundamentos Constitucionais dos Direitos pela UFAL. Especialista em Direito Processual pelo CESMAC. Bacharelado em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis-RJ. Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais. Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Contas do Brasil. Vice-Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Contas do Brasil.

Márcio Alessandro de San'Tiago Potenciano

Procurador do Estado de Goiás e advogado. Especialista em Políticas Públicas pela ESNAP/USP.

Márcio Alexandre Giorgini Fusco Cammarosano

Mestre em Direito Administrativo pela PUC-SP. Professor no curso de especialização em Direito Administrativo da PUC-SP. Vice-Presidente do Instituto CEDDE. Advogado.

Marcio Augusto Moura de Moraes

Advogado. Presidente do Instituto de Direito Administrativo do Pará (IDAPAR).

Márcio Cammarosano

Doutor em Direito do Estado pela PUC-SP. Professor de Direito Administrativo nos cursos de graduação e pós-graduação da PUC-SP. Presidente do Instituto CEDDE. Ex-Presidente do IBDA e do IBDM. Advogado, parecerista e árbitro.

Marco Antônio Praxedes de Moraes Filho

Advogado (OAB/CE). Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJ/CE). Doutor *Honoris Causa* em Ciências Jurídicas (ALSPA; OMDDH; FEBACLA). Mestre em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). MBA em Gestão Pública pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Especialista em Direito e Processo Constitucionais pela UNIFOR. Especialista em Direito e Processo Administrativos pela UNIFOR. Especialista em Direito Processual Penal UNIFOR. Bacharel em Direito pela UNIFOR. Professor do Centro Universitário Maciço de Baturité (UNIMB). Professor visitante da divisão de pós-graduação e educação continuada da (UNIFOR). Membro e sócio fundador do Instituto Cearense de Direito Administrativo (ICDA). Sócio do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN), do Instituto dos Advogados do Ceará (IAC) e da Associação Cearense de Jornalistas (ACEJ). Membro da Academia Cearense de Direito (ACED), da Academia de Letras dos Municípios do Estado do Ceará (ALMECE), da Academia de Letras Juvenal Galeno (ALJUG). Presidente e membro da Academia de Letras e Artes de Fortaleza (ALAF) e da Academia Mundial de Letras da Humanidade (AMLH) Seccional Fortaleza/CE. Membro da Academia Metropolitana de Letras de Fortaleza (AMLEF), da Academia Ipuense de Letras, Ciências e Artes (AILCA), do Centro Cultural do Ceará (CCC), da Academia de Letras de Teófilo Otoni (ALTO), da Academia de Letras de São Pedro da Aldeia (ALSPA), da Federação Brasileira dos Acadêmicos das Ciências, Letras e Artes (FEBACLA), da Academia dos Intelectuais e Escritores do Brasil (AIEB), da Academia Internacional de Literatura Brasileira (AILB), do Núcleo Acadêmico de Letras e Artes de Portugal (NALAP) e da Academia Hispano-Brasileña de Ciencias, Artes y Letras (AHBLA). *E-mail*: marco.praxedes@tjce.jus.br.

Marcos Nóbrega

Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas de Pernambuco. Professor da Universidade Federal de Pernambuco — Faculdade de Direito do Recife. Pós-doutor pela Harvard Law School e Kennedy School of Government — Harvard University. Pós-doutor pela Universidade de Direito de Lisboa — FDUL. Bacharel, mestre e doutor em Direito pela UFPE — Faculdade de Direito do Recife. Bacharel em Economia pela UFPE. Bacharel em Administração pela Universidade Católica de Pernambuco. *Visiting Scholar* na Harvard Law School. *Senior Fellow* na Harvard Kennedy School of Government. Professor visitante na Universidade de Lisboa. *Visiting Scholar* na Singapore Management University. Autor de vários artigos e livros. Conferencista.

Marcus Rômulo Maia de Mello

Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Alagoas. Promotor de Justiça, Coordenador das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público Municipal, promotor da 2ª Zona Eleitoral da Capital (Maceió-AL). Diretor da Escola Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas.

Maria Cristina Cesar de Oliveira

Mestra e doutora em Direito. Estágio doutoral na Universidade de Coimbra-Portugal e Universidade de Externado-Colômbia. Professora Associada III, UFPA. Consultora Jurídica do Estado do Pará. Advogada. Diretora Acadêmica do IDAPAR.

Maria Fernanda Veloso Pires

Advogada, professora, doutora em Direito pela PUC Minas. Mestra em Direito pela UFMG.

Maria Tereza Fonseca Dias

Professora associada do Departamento de Direito Público da UFMG. Mestra e doutora em Direito Administrativo pela UFMG. Pesquisadora de Produtividade FAPEMIG - CNPq - Brasil (Processo APQ- 06636-24).

Mariana Bueno Resende

Mestra em Direito e Administração Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-graduada em Finanças Públicas pela Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo e em Direito Ambiental e Urbanístico pela PUC Minas. Assessora de Conselheiro no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG). Professora.

Mariana Magalhães Avelar

Advogada e doutoranda em Direito e Administração Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais e é orientada por Cristiana Fortini desde 2011, quando realizou iniciação científica sob a generosa supervisão de sua querida mestra.

Marilene Matos

Advogada, professora de Direito Administrativo e Constitucional do Instituto Brasileiro de Ensino, Pesquisa e Extensão, palestrante, mestra e doutora em Direito Público; servidora do quadro efetivo da Câmara dos Deputados. Autora de livros e artigos jurídicos.

Mauricio Portugal Ribeiro

Especialista na estruturação e regulação de concessões e PPPs, sócio do Portugal Ribeiro & Jordão Advogados, professor de modelos regulatórios da FGV. Mestre em Direito pela Harvard Law School, autor de vários livros e artigos sobre concessões, PPPs e outros temas dos setores de infraestrutura.

Maurício Zockun

Professor de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Livre-docente e doutor em Direito Administrativo pela PUC-SP. Mestre em Direito Tributário pela PUC-SP. Advogado. *E-mail:* mzockun@pucsp.br.

Mirela Miró Ziliotto

Mestra em Direito Econômico e Desenvolvimento na Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar Filho. Graduada em Direito pela Universidade Positivo. Advogada e professora.

Mônica Sifuentes

Desembargadora no Tribunal Regional Federal da 6ª Região. Mestra em Direito Econômico pela UFMG. Doutora em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa e Direito Constitucional pela UFMG. Especialista em Tráfico Internacional de Pessoas pela American University, Washington College of Law. Membro da Junta Diretora do Trust Fund for Victims, do Tribunal Penal Internacional. Diretora da Escola de Magistratura do Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

Murilo Melo Vale

Doutor e mestre em Direito Público pela UFMG. Pós-graduação *lato sensu* em Direito Público e Direito Tributário. Professor substituto de Direito Administrativo da UFMG e professor de Direito Administrativo no CEDIN. Professor visitante na Universidade de Coimbra, Portugal. Advogado. Sócio do escritório Tavernard Advogados e coordenador da área do Direito Público. Coordenador de Assuntos Jurídicos da Associação Mineira de Direito e Economia (AMDE). 3º Membro titular de comissão permanente de resolução de conflitos da Concessão Administrativa (PPP) do Complexo Penal da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Natalia Torquete Moura

Advogada, mestra em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. *E-mail:* nataliatmoura@gmail.com.

Paulo Gustavo Gonet Branco

Doutor em Direito pela Universidade de Brasília. Professor dos cursos de Direito da graduação e da pós-graduação *stricto sensu* do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Procurador-Geral da República (MPF).

Pedro Costa França

Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Pedro Gonet Branco

Professor de Direito Público (IDP). Mestrando em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo. Pesquisador vinculado à Universidade de Brasília (UnB). Coordenador da pós-graduação em Direito Sanitário da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Membro consultor da Comissão de Assuntos Regulatórios do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Auditor do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD). Foi assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal e *visiting student* na UC Berkeley.

Pedro Henrique Magalhães Azevedo

Analista de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, atualmente exercendo a função de Superintendente de Controle Externo. Mestre em Administração Pública. Advogado. Professor da PUC Minas e da Escola de Contas do TCE-MG.

Rafael Amorim de Amorim

Advogado e professor de Direito Administrativo. Consultor legislativo da Câmara dos Deputados — área de Direito Administrativo e Administração Pública, autor de livros e artigos jurídicos.

Rafael Carvalho Rezende Oliveira

Visiting Scholar pela Fordham University School of Law (Nova Iorque). Pós-doutor pela UERJ. Doutor em Direito pela UVA-RJ. Mestre em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-Rio. Especialista em Direito do Estado pela UERJ. Professor titular de Direito Administrativo do IBMEC. Professor do programa de pós-graduação *stricto sensu* em Direito — mestrado e doutorado do PPGD/UVA. Professor do mestrado acadêmico em Direito da Universidade Cândido Mendes. Professor de Direito Administrativo da EMERJ e do curso FORUM. Professor dos cursos de pós-graduação da FGV e Cândido Mendes. Membro do Instituto de Direito Administrativo do Estado do Rio de Janeiro (IDAERJ). Presidente do Conselho editorial interno da Revista Brasileira de *Alternative Dispute Resolution* (RBADR). Membro da lista de árbitros do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA). Ex-Defensor Público Federal. Procurador do Município do Rio de Janeiro. Sócio fundador do escritório Rafael Oliveira Advogados Associados. Árbitro e consultor jurídico. *E-mail:* contato@roaa.adv.br.

Rafael Maffini

Mestre e doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor adjunto de Direito Administrativo e Notarial do Departamento de Direito Público e Filosofia do Direito da UFRGS. Professor permanente do programa de pós-graduação em Direito da UFRGS. Juiz Substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, em vaga destinada a advogados para os biênios 2016/2018 e 2018/2020. Advogado em Porto Alegre. Sócio Diretor do escritório Rossi, Maffini & Milman Advogados. *E-mail:* rafael.maffini@rmm.com.br.

Rafael Ramos

Mestre em Direito pela PUCRS. Diretor-geral da Fundação Escola Superior de Direito Municipal (ESDM). Presidente da Comissão de Estudos sobre a LINDB do IBDA. Procurador do Município de Porto Alegre.

Rafael Sérgio Lima de Oliveira

Fundador do Portal L&C e Procurador Federal da AGU. Mestre em Direito e pós-graduado em Direito da Contratação Pública pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Participou do Programa de Intercâmbio Erasmus+ na Università degli Studi di Roma – Tor Vergata.

Rafael Wallbach Schwind

Doutor e mestre em Direito do Estado pela USP. FCI Arb. Advogado.

Raimundo Messias Júnior

Desembargador integrante da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e especialista em Gestão Judiciária pela Universidade de Brasília.

Raquel Melo Urbano de Carvalho

Procuradora do Estado de Minas Gerais. Professora de Direito Administrativo. Mestra em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da UFMG.

Renata Costa Rainho

Doutora e mestra em Direito pela UFMG, na linha de pesquisa Administração Pública e Desenvolvimento Estratégico. *Visiting scholar* na The George Washington University Law School, em período de doutorado sanduíche. Advogada especializada em Direito Administrativo. Assessora jurídica de Conselheiro no Tribunal de Contas de Minas Gerais. Professora. *E-mail*: renatavmcosta@gmail.com

Renata Fabris

Advogada. Sócia fundadora do escritório Fabris & Gurjão Advocacia. Graduada em Direito pelo Centro Universitário Lutherano de Ji-Paraná (CEUJI). Mestranda em Ciência Jurídica pela Univali. Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Público (IDP). Pós-graduada em Ciências Criminais e em Licitações e Contratos Administrativos pelo Instituto Poli Civitas, com MBA em Licitações e Contratos Administrativos pelo Centro Universitário São Lucas. Secretária-Geral do Instituto Rondoniense de Direito Administrativo (IRDA). Membro da Comissão de Licitações e Contratos do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA). Autora e coautora de artigos em revistas especializadas.

Renato Luís Dresch

Mestre em Direito Público pela Universidade de Franca. Especialista em Direito Sanitário pela Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP/MG). Especialista em Direito Processual Civil pela Faculdade de Direito de Franca. Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Ricardo Schneider Rodrigues

Pós-doutorando pela Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor de Direito Administrativo do Centro Universitário CESMAC (graduação, especialização e mestrado). Vice-Presidente do Instituto de Direito Administrativo de Alagoas (IDAA). Subprocurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Alagoas.

Rita Tourinho

Promotora de Justiça, professora adjunta da UFBA, mestra em Direito Público pela UFPE, doutora em Direito Público pela UFBA.

Rodrigo Fontenelle de A. Miranda

Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União (CGU), atualmente ocupando o cargo de Controlador-Geral do Estado de Minas Gerais. Mestre em Contabilidade. Economista. Professor da Fundação Dom Cabral.

Rodrigo Otávio Mazieiro Wanis

Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Estado de Derecho y Gobernanza Global pela Universidade de Salamanca (USAL). Mestre em Estrategias Anticorrupción y Políticas de Integridad pela USAL. Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Pós-graduado em Prevenção e Repressão à Corrupção: aspectos teóricos e práticos, pela Universidade Estácio de Sá. Pós-graduado em Direito Privado pela Universidade Cândido Medes. Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Professor das Escolas Superiores do MPMG, MPSP, MPMT. Parecerista das revistas do MPMG, MPSP, MPMT e da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná. Membro do Grupo Coordenador do FUNEMP/MPMG - Fundo Especial do MPMG. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA) e do Instituto de Direito Sancionador Brasileiro (IDASAN).

Rodrigo Pironti

Pós-doutor em Direito Público pela Universidad Complutense de Madrid. Doutor e mestre em Direito Econômico pela PUCPR. Diretor Executivo do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA). Sócio do escritório Pironti Advogados.

Rodrigo Valgas dos Santos

Advogado, sócio fundador da Espíndola & Valgas Advogados Associados. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialista em Direito Administrativo pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutor em Direito pela UFSC. Professor da graduação e pós-graduação do CESUSC. 1 Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA). Membro fundador do Instituto de Direito Administrativo Sancionador (IDASAN), autor e coautor de diversos livros e artigos em revistas especializadas. Membro da Academia de Letras Jurídicas de Santa Catarina (ACALEJ).

Ronny Charles Lopes de Torres

Advogado. Sócio fundador da Torquetti & Torres Advogados associados. Consultor e parecerista. Doutor em Direito do Estado pela UFPE. Mestre em Direito Econômico pela UFPB. Pós-graduado em Direito Tributário. Pós-graduado em Ciências Jurídicas. Advogado

da União licenciado. Foi membro fundador da Câmara Nacional de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União (AGU). Autor de diversas obras jurídicas, destacando: “Leis de Licitações Públicas comentadas” (15ª ed.); “Direito Administrativo” (coautor. 14ª ed.); “Licitações e Contratos nas Empresas Estatais” (coautor. 3ª ed.), “Comentários à Lei de Improbidade Administrativa” (coautor. 3ª ed.) e “Análise econômica nas licitações e contratos” (coautor. 2ª ed.).

Rússel Beltrame

Advogado. Procurador do Município de Belo Horizonte. Mestre em Direito Público pela PUC-SP.

Sarah Campos

Mestra em Direito Administrativo pela UFMG. Doutoranda em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa, Portugal. Integrante da Rede Internacional de Justiça Aberta (RIJA) e da Rede Acadêmica de Governo Aberto Internacional (RAGA). Advogada, ocupante do cargo público de Procuradora-Geral do Município de Contagem-MG.

Sérgio Pessoa de Paula Castro

Advogado-Geral do Estado de Minas Gerais. Mestre em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Procurador do Estado desde 1998.

Tarcila Reis

Professora da FGV Direito SP e sócia do Portugal Ribeiro & Jordão Advogados. Foi Subsecretária e Secretária de Parcerias do Governo do Estado de São Paulo. Doutora pela SciencesPo - Paris, com um ano de pesquisa na Harvard Law School. Mestra pela Universidade de Paris 1 (Panthéon-Sorbonne). Mestra pela London School of Economics and Political Science (LSE). Foi consultora da International Finance Corporation (IFC) e *Visiting Scholar* no Massachusetts Institute of Technology (MIT).

Tatiana Camarão

Mestra em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da UFMG. Diretora de Relações Institucionais do Instituto Mineiro de Direito Administrativo. Professora de Direito Administrativo.

Tatiana Fonseca Ramos

Desembargador integrante da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e especialista em Gestão Judiciária pela Universidade de Brasília.

Thais Marçal

Bacharel e mestre em Direito pela UERJ, coordenadora da pós-graduação *lato sensu* em Direito da FGV/Rio de Janeiro.

Thiago Marrara

Professor de Direito Administrativo da USP (FDRP). Consultor, parecerista e árbitro. Coautor do “Manual de Licitações e Contratos” (Forense) e do “Manual de Direito Administrativo” (Foco). *E-mail:* marrara@marrara.adv.br.

Vanessa de Fátima Terrade

Doutora em Direito Público pela Universidade Sorbonne Paris Nord. Professora adjunta de Direito Administrativo na UFF.

Vanice Valle

Visiting Scholar pelo Human Rights Program da Harvard Law School. Pós-doutorado em Administração pela EBAPE/FGV-Rio. Doutorado em Direito pela Universidade Gama Filho. Professora permanente do programa de pós-graduação em Direito da UFG. Advogada e consultora.

Victor Aguiar Jardim de Amorim

Doutor em Constituição, Direito e Estado pela Universidade de Brasília (UnB) e mestre em Direito Constitucional pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). É professor titular do programa de mestrado e doutorado profissional em Administração Pública do IDP. É advogado e responsável pela área de Direito Administrativo e Regulatório do Serur Advogados. Foi assessor técnico da Comissão Especial de Modernização da Lei de Licitações (constituída pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 19/2013), responsável pela elaboração do PLS nº 559/2013, que deu origem à Lei nº 14.133/2021. Por indicação do Presidente do Congresso Nacional, é nomeado membro do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, responsável pela gestão do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Virginia Kirchmeyer Vieira

Mestra em Direito pela UFMG. Coordenadora do grupo de estudos para implantação da Lei nº 13.303/16 no Estado de Minas Gerais. Superintendente Jurídica de Governança Corporativa da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG).

Vivian Cristina Lima Lopez Valle

Professora titular de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba-PR, Brasil). Pós-doutora pela Universidade Rovira i Virgili (Tarragona, Espanha). Doutora e mestra em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná. Coordenadora do curso de especialização em Licitações e Contratos da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Advogada.

Weida Zancaner

Professora aposentada de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Especialista e mestre em Direito Administrativo pela PUC-SP. Procuradora aposentada do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Yara Pena Godoy

Advogada, graduada pela UFMG. *E-mail:* yaragodoy23@gmail.com.

